

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

22 a 26 de janeiro de 2024

## Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

## Atividades da Assespro Nacional

A **Federação Assespro** participou, juntamente com outras entidades do setor de TI de reunião com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (MF), Guilherme Melo; e a diretora de Relações Institucionais da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (SERT/MF), **Camilla Cavalcanti**, para discutir questões relevantes da reforma tributária ([EC 132](#)), como o Simple Nacional, exportação de serviços, créditos acumulados e a participação do setor de TI nos debates sobre a implementação da reforma. A discussão buscou a adequação do ambiente tributário às demandas e especificidades das empresas do setor de tecnologia da informação (TI), além de garantir a competitividade dos produtos e serviços brasileiros no mercado internacional. A Federação Assespro foi representada por **Gustavo Tavares** e por **Felipe Sene**, da Foco - Relações Governamentais.

Além disso, o presidente da Federação Assespro, **Christian Tadeu**, concedeu entrevista ao programa “SBT News” nesta segunda-feira (22), onde defendeu a prorrogação da política da desoneração da folha de pagamentos aos 17 setores da economia que mais empregam no país até 2027 ([Lei nº 14.784/2023](#)), aprovada pelo Congresso Nacional; além da devolução da [MPV 1.202/2023](#) (*MP da Reoneração*).

## Segurança Cibernética

- **Segurança cibernética dispara estudos que vão de IA a cabos submarinos pela Anatel.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por meio do conselheiro **Alexandre Freire**, está revisando o Regulamento de Segurança Cibernética e solicitando análises sobre os riscos à infraestrutura de cabos submarinos. O **objetivo** é subsidiar a elaboração do novo Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações, além de contemplar componentes da cadeia de infraestrutura que não foram considerados anteriormente, como *data centers*, aplicações de IA e *cloud computer*. O prazo para a realização do estudo é de 90 dias. Com informações de: [Teletime](#)
- **Anatel confirma que invasão da Abin em celulares ocorreu sem interação das operadoras.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) confirmou, nesta segunda (22), que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) invadiu celulares em todo o Brasil utilizando o *software* “*First Mile*”, fabricado pela *Cognyte* (ex-*Verint*), sem a cooperação das operadoras de celular do país. A Anatel revelou que as operadoras já possuem sistemas de proteção contra esse tipo de invasão, mas determinou novos testes para avaliar a eficácia desses sistemas. A Polícia Federal (PF) também deflagrou uma operação contra o deputado **Alexandre Ramagem** (PL/RJ), que dirigia a Abin no governo Bolsonaro (PL), investigando a existência de uma “Abin paralela” que monitorava ilegalmente personalidades públicas e outras figuras com o uso de sistemas internos que acompanhavam as localizações dos celulares sem autorização judicial. A PF apurou que o sistema invasor atuava na “infraestrutura crítica da telefonia brasileira”, adquirido com recursos do Orçamento da União. As investigações também revelaram que o grupo construía argumentos de uso político e midiático e interferia nas investigações legais, utilizando informações do sistema invasor. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Megavazamento de dados inclui 26 bilhões de dados pessoais.** O site *Cybernews* revelou um vazamento de dados em larga escala, apelidado de MOAB (*Mother Of All Breaches*, na sigla em inglês). Trata-se do maior vazamento de dados da história, com mais de 26 bilhões de registros de 3.800 vazamentos diferentes, incluindo informações de usuários do LinkedIn, Twitter, Weibo, Tencent e outras plataformas. Os pesquisadores acreditam que o proprietário do MOAB pode ser um agente malicioso, um corretor de dados ou algum serviço que trabalhe com grandes quantidades de informações. Este supermassivo vazamento de dados pode ser extremamente perigoso, pois pode ser usado para uma ampla gama de ataques, como roubo de identidade, esquemas sofisticados de *phishing*, ataques cibernéticos direcionados e acesso não autorizado a contas pessoais e confidenciais. Com informações de: [TI Inside](#)

## Inteligência Artificial

- **TSE debate uso de IAs nas eleições municipais de 2024.** Esta semana, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu audiências públicas para discutir a proposta de Resolução que trata do uso de tecnologias digitais no contexto eleitoral. O assunto que ganhou destaque foi o uso de tecnologia nas propagandas eleitorais, com representantes da Autoridade Nacional de

Proteção de Dados (**ANPD**), Google e Youtube apresentando sugestões sobre a regulação e fiscalização dessas ferramentas. Além disso, houve debate sobre pesquisas eleitorais, registros de candidaturas e fundo de financiamento, com propostas de redução do prazo para divulgação de pesquisas, inclusão de regras de responsabilização dos candidatos e encurtamento do prazo para transferência do fundo às candidatas. Outros temas abordados incluíram a revisão da suspensão dos canais de comunicação dos estados e municípios durante as eleições.

- » Entidades irão propor mudanças nas propostas do TSE sobre o uso de inteligência artificial (IA) nas eleições, visando definir melhor em quais situações a tecnologia será proibida e especificar a responsabilização sobre o tema. O uso da IA nas eleições preocupa o TSE devido ao potencial de desequilíbrio no pleito, especialmente com tecnologias como “*deep fake*”. A proposta também prevê regulamentar o uso da IA para evitar a disseminação de desinformação e conteúdo falso, além de proibir a utilização de material manipulado que afete o equilíbrio e integridade do pleito. Entretanto, entidades como a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e o Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS) propuseram ajustes, argumentando que as propostas do TSE são abrangentes demais e podem gerar obrigações excessivas aos usuários, além de não atingir o objetivo de impedir a utilização da IA para desinformação. Com informações de: Foco - Relações Governamentais e [CNN](#)

- **Regular inteligência artificial é prioridade do país, não só do Legislativo, alerta Arthur Lira.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL), declarou que a regulamentação do uso da inteligência artificial (IA) é uma das principais prioridades do Legislativo e do país. Ele ressalta que a inteligência artificial terá um grande impacto em diversos setores e é fundamental evitar seu uso ilegal ou prejudicial à sociedade. Lira afirmou que a temática será destaque na agenda da Câmara neste ano, pois a IA pode causar prejuízos a empresas, indivíduos e à política. O presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), também indicou que a regulamentação da inteligência artificial é uma prioridade, com um projeto já em tramitação. Com informações de: [G1 Notícias](#)
- **Secretária-Geral da UIT destaca governança de IA e inclusão digital no Fórum Econômico Mundial.** A participação da secretária-geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), **Doreen Bogdan-Martin**, no último Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) destacou a importância das tecnologias digitais, como a inteligência artificial (IA), comunicações no espaço e inclusão digital. Ela ressaltou a necessidade de governança da IA enfatizando a importância de normas, ressaltando o papel proativo dos governos. Além disso, destacou a importância de uma plataforma global para construir um consenso sobre as oportunidades e riscos do rápido avanço da IA e destacou que padrões acessíveis são cruciais para os países em desenvolvimento. Com informações de: [Abranet](#)

## Inclusão Digital

- **"A nossa principal missão é levar internet banda larga para todas as escolas públicas do nosso país", afirma ministro Juscelino Filho.** Os programas do Ministério das Comunicações (MCom) forma destacados na Revista Veja, que traz uma entrevista com o ministro **Juscelino Filho**. A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec) foi mencionada como prioridade,

com o objetivo de levar internet banda larga para todas as escolas públicas do país até 2026, com investimento de R\$ 8,7 bilhões. Além disso, o ministro falou sobre a expansão da tecnologia 5G e a melhoria da qualidade da telefonia móvel, destacando também a implementação do Programa Nacional de Melhoria da Cobertura e Qualidade da Banda Larga Móvel (ConectaBR), em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

- **Aneel adia em até dois meses decisão sobre regulamento de postes.** A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu adiar a deliberação sobre o novo regulamento de compartilhamento de postes entre energia elétrica e telecomunicações (Processo nº 48500.003090/2018-13) por até 2 meses, após a prorrogação de pedido de vista na primeira reunião pública do órgão em 2024. A decisão foi tomada em função da solicitação feita pelo diretor **Fernando Mosna** e aprovada pelo colegiado da reguladora, que concedeu um prazo adicional de até 8 reuniões ordinárias, podendo a deliberação final ficar para a reunião de 26 de março. O novo regulamento, já aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em outubro de 2023, aguarda a aprovação da Aneel para entrar em vigor, e traz regras para o reordenamento das redes aéreas e a criação de empresas exploradoras independentes, as posteiras, além de uma consulta sobre a metodologia de cálculo dos valores de referência do aluguel dos postes pelas operadoras de telecom. O tema tem sido objeto de divergências entre os diretores da agência, em especial em relação à cessão obrigatória ou facultativa dos pontos de fixação em postes pelas concessionárias de energia elétrica, o que resultou no pedido de vista original de Mosna. Com informações de: [Teletime](#)

## Educação

- **Mais de 400 municípios não aderiram à Estratégia de Escolas Conectadas.** A adesão à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec) ficou aquém do esperado, com mais de 400 municípios brasileiros de fora do programa, que busca levar internet a todas as escolas do país até 2026. Segundo o Ministério da Educação (MEC), **92,1%** dos municípios aderiram ao Enec, mas o governo não informou em quais regiões as escolas foram deixadas de fora. Além disso, detalhes técnicos como velocidade mínima da internet e quantidade de equipamentos eletrônicos ainda não foram formalmente definidos, o que inclui a suspensão de critérios semelhantes aos previstos no projeto piloto do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape). Com 7,5 mil escolas públicas sem internet em setembro de 2023, a maioria na região Norte do País, o desafio de garantir conectividade para todas as instituições de ensino se mostra ainda mais urgente. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

## Mídias Sociais

- **Ministro da Educação cobra do Congresso aprovação da lei para regulamentar plataformas digitais.** O Ministro **Camilo Santana** (Educação), defendeu a aprovação de uma lei que regulamente as plataformas digitais no Brasil durante o evento “Brasil Unido pela Educação”, no Palácio do Planalto. Santana destacou a necessidade de responsabilizar

aqueles que cometem crimes e os que protegem esses criminosos nas redes sociais, apontando que a violência nas escolas é estimulada em grande parte por esses meios. O ministro revelou que o presidente Lula (PT) deve assinar um decreto com diretrizes para prevenção e enfrentamento da violência nas escolas antes do início do ano letivo e ressaltou a importância do diálogo com as plataformas digitais, afirmando que é essencial a aprovação da regulamentação pelo Congresso Nacional. Com informações de: [Valor Econômico](#)

➤ **STF prorroga por mais 90 dias inquérito das milícias digitais.** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Alexandre de Moraes**, decidiu prorrogar por mais 90 dias o prazo do Inquérito (INQ) 4874, que tem como objetivo investigar milícias digitais antidemocráticas e seu financiamento. A decisão foi tomada atendendo a pedido da Polícia Federal (PF), que indicou a necessidade de mais tempo para realização de diligências em andamento. O inquérito em questão busca apurar a existência de uma organização criminosa atuando de forma digital, com núcleos dedicados à produção, publicação, financiamento e político, visando atentar contra a democracia e o Estado de Direito. Em outubro do ano passado, Moraes autorizou o compartilhamento do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos de 8 de janeiro de 2023 e de todas as suas provas com a investigação em curso no inquérito 4874.

» Além disso, em dezembro do ano passado, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o STF assinaram um acordo de cooperação técnica (ACT) para agilizar o cumprimento de decisões judiciais que determinem o bloqueio de sites com informações prejudiciais ao processo eleitoral, integrando os sistemas para que a comunicação seja mais eficiente e célere. Com informações de: [ASCOM STF](#) e [Tele.Síntese](#)

## PD&I

➤ **Lei da subvenção pode prejudicar pesquisa e desenvolvimento.** Com a conversão da [MPV 1185/2023](#) (*subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico*) na [Lei nº 14.789/2023](#), alterando a regulamentação do tratamento tributário das subvenções econômicas concedidas pelo Poder Público às empresas privadas, estão sendo levantados questionamentos e incertezas quanto ao tratamento das subvenções destinadas ao fomento da pesquisa e desenvolvimento (P&D) na área tecnológica. Isso, porque a nova lei afeta não apenas subvenções estaduais, mas também aquelas concedidas por qualquer ente da Federação, incluindo a União. Isso cria uma lacuna perigosa para projetos de P&D, como os que recebem recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), uma vez que a nova legislação não esclarece se tais subvenções devem ser incluídas no cálculo dos tributos das empresas beneficiárias. Ademais, a nova lei disciplina as subvenções governamentais concedidas a pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, deixando dúvidas sobre a situação das empresas de menor porte que optam por regimes tributários simplificados. Com informações de: [Valor Econômico](#)



## Economia & Tributário

- **Reforma Tributária: Designados os membros para a composição do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação.** Foi publicada, nesta semana, a [Portaria nº 104/2024](#), que designa membros para compor colegiados do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo (PAT-RTC), previsto pela [Portaria nº 34/2024](#) do Ministério da Fazenda (MF), com o **objetivo** de subsidiar a elaboração de anteprojatos de lei decorrentes da [Emenda Constitucional nº 132/2023](#) (*Reforma Tributária*). Os grupos do programa incluem a Comissão de Sistematização, Grupo de Análise Jurídica e Grupos Técnicos voltados à regulamentação e administração do IBS e da CBS. Destaca-se a conclusão das atividades do Programa em 60 dias, após a reunião de instalação da Comissão de Sistematização, agendada para a próxima semana.
- **Definição sobre MP da reoneração deve sair até semana que vem, diz Haddad.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) anunciou em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, que o governo está próximo de uma solução para a MPV 1.202/2023 (MP da Reoneração), que tem gerado tensões entre Executivo e Legislativo. Haddad afirmou que até a próxima semana será tomada uma decisão a respeito do assunto, por meio de diálogo com o Congresso, mas sem adiantar qual será a solução formal. A edição da MP havia sido vista como uma afronta pelos membros do Congresso, que haviam aprovado a prorrogação do benefício até 2027. Segundo Haddad, a MP foi necessária por “coerência” seguindo determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), que não prevê a desoneração da folha na lei orçamentária aprovada em 2023. Ele também indicou que a medida pode ser revogada e enviada em formato de projeto de lei, como já ocorreu com outras leis do ano passado. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **Haddad diz que está difícil achar solução para alíquota do Remessa Conforme.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) vem enfrentando dificuldades na busca por uma solução para a questão da alíquota do Remessa Conforme, que atualmente está zerada no caso do Imposto de Importação (II) para empresas que aderiram ao programa. Setores do Congresso defendem a adoção de uma alíquota para compensar a desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra, enquanto o varejo e a indústria nacional pressionam por uma alíquota, alegando competição desleal com os marketplaces estrangeiros. Durante o programa Roda Viva, da TV Cultura, o ministro evitou uma resposta objetiva sobre a possibilidade de fixar uma alíquota de **20%** ou **28%** de II, conforme cogitado no ano passado. Haddad destacou que o Remessa Conforme resolveu problemas de cobrança de ICMS pelos governadores, mas reconheceu as dificuldades nas negociações, tanto no âmbito do Congresso quanto com as partes interessadas, devido às novas tecnologias envolvidas. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Haddad diz que governo negocia com Congresso ‘forma e conteúdo’ da MP de reoneração da folha.** O **Fernando Haddad** (Fazenda) negou que tenha firmado acordo para revogar a MP e manter a desoneração até 2027 com o presidente do Senado Federal, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG). Haddad afirma que governo está em negociação com o Congresso Nacional para definir medida provisória. Segundo ele, a prioridade é estabelecer um “princípio justo” antes de definir a forma e a solução para a questão. Haddad negou acordo do. Estudo

comprova que setores com folha desonerada registram crescimento de empregos de **15,5%** entre 2018 e 2022, enquanto setores reonerados tiveram crescimento de apenas **6,8%**. A reoneração gradual terá início em abril, devido ao princípio da noventena, mas o ministro garante que ainda há tempo para a discussão. A desoneração da folha beneficia mais de 9 milhões de trabalhadores e gera mais arrecadação para a Previdência Social e o FGTS, contribuindo para a formalização do emprego. Essa política resultou em uma arrecadação adicional estimada em R\$ 22 bilhões em 2022. Com informações de: [Valor Econômico](#)

## Saúde

- **Ministério da Saúde altera normas para Comitê Gestor de Saúde Digital.** O Ministério da Saúde (MS) alterou, por meio da [Portaria nº 3.114/2024](#), [dispositivos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1/2017](#), que tratam do Comitê Gestor de Saúde Digital (CGSD). Dentre as alterações, está a transformação do colegiado em uma entidade permanente e com poder deliberativo. Além disso, o escopo do objetivo do comitê passa a ser a articulação das ações de saúde digital do Sistema Único de Saúde (SUS), exercendo a governança e deliberando sobre a temática em conformidade com a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), prevista pela [Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017](#). Ainda, a utilização do termo “*Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028*” foi substituída por simplesmente ESD, visando retirar a limitação temporal da iniciativa. Outras mudanças incluem a possibilidade de submissão das propostas deliberadas no Comitê à Comissão Intergestores Triparte (CIT), a alteração na composição do conselho e a inclusão de representantes da sociedade civil como participantes consultivos nas reuniões do CGSD, sem direito a voto. A portaria passará a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2024.

## Trabalhista

- **Lideranças femininas de TI ganham 48% a menos que homens.** Uma pesquisa realizada pela consultoria Plongê revelou uma disparidade salarial significativa entre homens e mulheres em cargos de direção de tecnologia, conhecidos como *Chief Technology Officer* (CTO). Segundo o levantamento, mulheres nessa posição ganham em média 48% a menos do que seus colegas masculinos, mesmo tendo a mesma qualificação e experiência. Além disso, a diferença salarial entre os gêneros chega a **22%** quando consideradas todas as atividades, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa, realizada em São Paulo, identificou ainda uma discrepância de 19% nos salários e 17% nos benefícios oferecidos a mulheres CTOs em comparação com homens na mesma posição, que juntos acumulam uma renda total de **R\$34 milhões**. A sócia da Plongê, Adriana Orelhana, destaca que a desigualdade salarial também influencia a falta de profissionais qualificados no setor de tecnologia, levando muitos a buscarem oportunidades no exterior. Com informações de: [TI Inside](#)

## Administração Pública

- **Programas de Telecom e TI do PAC precisarão dar preferência à tecnologia nacional.** Foram divulgados, nesta semana, os Decretos [nº 11.889/2024](#) e [nº 11.890/2024](#), que estabelecem os critérios de prioridade para tecnologia nacional e produção local, como parte da nova política industrial anunciada pelo governo federal. Os setores de telecomunicações e tecnologia da informação (TI) são fundamentais nessa política, que possibilitará uma diferença de preço de até 20% para produtos e serviços de tecnologia nacional. O decreto especifica os setores abrangidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que poderão ser submetidos à aquisição de produtos nacionais ou estabelecimento de margens de preferência, incluindo construção, serviços profissionais, técnicos, empresariais e de tecnologia da informação. A Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) será responsável por propor a regulamentação da nova política, com direção do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Marcelo Alves da Silva será novo superintendente de fiscalização da Anatel.** A Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) terá um novo comandante: **Marcelo Alves da Silva**, ex-assessor especial do ex-superintendente e agora secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), **Hermano Tercius**. A decisão de aprovar a indicação de Silva para a posição foi realizada em votação unânime em circuito deliberativo da Anatel. A nomeação por Portaria da Anatel ainda será publicada. Com informações de: [Teletime](#)
- **MCom publica edital de convocação para vaga no Conselho Consultivo da Anatel.** O Ministério das Comunicações (MCom) divulgou essa semana a abertura de edital para preencher uma vaga no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Destinada às entidades que representam os usuários de serviços de telecomunicações, a convocação exige a apresentação de uma lista triplíce, acompanhada de detalhes sobre a entidade e qualificação dos indicados, em um prazo de 30 dias. O futuro conselheiro ocupará o cargo até fevereiro de 2027 e não pode ter vínculos com empresas do setor ou associações de classe. A indicação tem o objetivo de substituir **Igor Rodrigues Britto**, cujo mandato acaba no próximo mês. O Conselho Consultivo é um órgão que formaliza a participação da sociedade nas decisões da Anatel e é composto por 12 membros designados pelo presidente da República, representando diferentes instituições. Entre suas atribuições, estão opinar sobre políticas governamentais de telecomunicações, Plano Geral de Outorgas e Metas de Universalização, além de apreciar relatórios anuais e fazer proposições ao Conselho Diretor. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

## Orçamento

- **Sancionada com vetos a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024.** O presidente Lula sancionou, com vetos, o **PLN 29/2023 (Lei Orçamentária Anual 2024)**, estimando a receita e definindo a despesa da União para o ano, com destaque para a área de tecnologia e ciência. Pela Lei nº



[14.822/2024](#), fica previsto que o orçamento total estimado chega a **R\$ 5,4 trilhões**, com **R\$ 2 trilhões** destinados ao Orçamento Fiscal, **R\$ 1,667 trilhão** ao Orçamento da Seguridade Social e R\$ 1,746 trilhão ao Refinanciamento da Dívida Pública Federal. O veto de R\$ 5,6 bilhões referente às emendas de comissão, justificado pela necessidade de adequação orçamentária à diminuição da inflação, gerou reações negativas, mas o governo trabalha para recompor o valor.

- » Além disso, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) terá a previsão de despesa de **R\$ 12,8 bilhões**, visando programas como a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), inovação nas empresas, a implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, a ampliação do acesso de escolas à internet em banda larga e a promoção de acesso gratuito à internet. O orçamento de investimento receberá **R\$ 151 bilhões**, refletindo uma distribuição estratégica de recursos para atender às necessidades das áreas contempladas.

## Consultas & Compras Públicas

- **MCTI abre editais para subvenção econômica para projetos inovadores e de risco tecnológico.** Foram publicados, no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), editais para concessão de recursos de subvenção econômica para projetos inovadores e de risco tecnológico. Os editais e demais informações serão disponibilizadas no [portal](#) da FINEP e eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas ao e-mail [cp\\_drin@finep.gov.br](mailto:cp_drin@finep.gov.br). Dentre os certames em andamento, destacamos:
  - » [Mais Inovação Brasil - Mobilidade Urbana](#), nas linhas temáticas “*Tecnologias de Descarbonização dos Transportes*” e “*Mobilidade Verde e Inteligente*”; e
  - » [Mais Inovação Brasil - Semicondutores](#), nas linhas temáticas “*Design de Semicondutores*”, “*Fabricação de Semicondutores (front-end)*” e “*Encapsulamento e Teste de Semicondutores (back-end)*”.

## Nomeações

- **MJSP: publicada nomeação de Ricardo Lewandowski para ministro da Justiça.** Esta semana foi [nomeado](#), para exercer o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública, [Enrique Ricardo Lewandowski](#), que assume o posto a partir de 1º de fevereiro de 2024.
- **Divulgada nova composição do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).** Por meio da [Portaria Interministerial nº 7.829/2024](#), publicada pelos Ministérios da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR); da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e do Ministério das Comunicações (MCom), foi divulgada a relação nominal dos membros a comporem o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) para um mandato de 3 anos. Estão contemplados o setor empresarial, o terceiro setor e a comunidade científica e tecnológica.

## Agendas de Destaque

- A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação), visitou o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), uma das unidades Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) em Pernambuco, que recebeu um aporte de **R\$ 35,5 milhões** em 2023, proveniente da parceria entre Embrapii e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Programa Prioritário Rota 2030 e do contrato de gestão com o MCTI, para discutir inovação na educação. Durante a visita, a titular do MCTI conheceu os projetos de desenvolvimento de soluções tecnológicas e redução das desigualdades sociais.
  - » Ademais, representantes do MCTI recebeu uma delegação da Rede Eureka, importante plataforma de cooperação internacional voltada para inovação, com o objetivo de avançar no processo de adesão do Brasil à rede. Atualmente, a Eureka conta com 47 países membros e investimentos de €48 bilhões, apoiando cerca de 7,5 mil projetos. O secretário-executivo do MCTI, **Luis Fernandes**, destacou o interesse do Brasil em explorar todas as possibilidades de cooperação internacional para o avanço da ciência e tecnologia, apresentando os principais eixos de atuação do ministério. O presidente da Rede Eureka reforçou o interesse na adesão brasileira, destacando o papel de liderança do Brasil na América Latina. Além disso, a entrada do Brasil na Rede Eureka trará benefícios ao país, como maior agilidade na concretização de chamadas de inovação bilaterais e facilidade nos processos administrativos. A visita oficial da delegação foi coordenada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com a presença de representantes do CNPq e da EMBRAPII. A adesão do Brasil à Rede Eureka será oficializada durante o evento Eureka Global *Innovation Summit*, em junho, na Turquia.
  - » Ainda, o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SETEC/MCTI), **Guila Calheiros**, realizou uma visita aos Laboratórios de Nanotecnologia e Fotônica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com o objetivo de estreitar a parceria entre o governo federal e a instituição, visando a integração entre pesquisa científica e políticas públicas de inovação.